

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

| Nº | Ato Normativo | Conteúdo | Link |
|----|----------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 | Decreto Municipal nº 2.290 de 20/09/1979 | Cria a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) | http://wpro.rio.rj.gov.br/decretosmunicipais/ |
| 2 | Decreto rio nº 42719 de 1º de janeiro de 2017 | Dispõe sobre a Organização Básica do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro – Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos como fusão das seguintes Secretarias: a) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social b) Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres c) Secretaria Municipal de Envelhecimento Ativo, Resiliência e Cuidado. | http://www.rioeduca.net/rioeduca/DOCUMENTOS%20SME/LEGISLA%C3%87%C3%83O/2017/DECRETOS/DECRETO%20RIO%20N%C2%BA%2042719_2017_Organiza%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%20do%20Poder%20Executivo.pdf |
| 3 | Resolução CMAS nº 045/2018 (Publicado no DO Nº 66 de 25 de Junho de 2018 – pag. 42 a 83) | Aprova o Plano Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro 2018/2021 | http://doweb.rio.rj.gov.br/ |
| 4 | RESOLUÇÃO CMAS Nº 54/2018 (Publicado no DO Nº 119 de 10 de Setembro de 2018 – pag. 36 a 121) | Aprova do II Plano Municipal de Educação Permanente do Rio de Janeiro 2018/2021 | http://doweb.rio.rj.gov.br/ |
| 5 | Lei nº. 3.343, de 28 de dezembro de 2001 | Institui o Sistema Municipal de Assistência Social e dá outras providências. | http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/96c075ae835f5763032576ac0072e8e7?OpenDocument |
| 6 | Decreto nº 21.058 de 08 fevereiro de 2002 | Dispõe sobre o Sistema Municipal de Assistência Social do município do Rio de Janeiro e dá outras providências. | https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2002/2106/21058/decreto-n-21058-2002-dispoe-sobre-o-sistema-municipal-de-assistencia-social-do-municipio-do-rio-de-janeiro-e-da-outras-providencias |
| 7 | Lei nº 5026 de 19 de maio 2009 | Dispõe sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais e dá outras providências. | http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/31548Lei%205026_2009.pdf |
| 8 | Lei nº 1.873, de 29 de maio de 1992 | Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, define os objetivos da política municipal de atendimento à criança e ao adolescente, institui o fundo municipal para atendimento dos direitos da criança e do adolescente, e dá outras providências. | http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/309d49c00781dd60032576ac00733557?OpenDocument |

| | | | |
|----|-------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 9 | Lei 4062/05 Lei nº 4062 de 24 de maio de 2005 | Altera a lei nº 1.873, de 29 de maio de 1992, dando nova redação aos arts. 1º, 5º, 16, 17 e 19 nos termos da lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - estatuto da criança e do adolescente | https://cm-rio-de-janeiro.jusbrasil.com.br/legislacao/258882/lei-4062-05 |
| 10 | Decreto nº 44745 19 de julho de 2018 | Consolida, em âmbito municipal, a legislação referente à Lei de Acesso às Informações - Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e dá outras providências. | https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2018/4474/44745/decreto-n-44745-2018-consolida-em-ambito-municipal-a-legislacao-referente-a-lei-de-acesso-as-informacoes-lei-federal-n-12527-de-18-de-novembro-de-2011-e-da-outras-providencias |
| 11 | CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CMAS/RJ RESOLUÇÃO Nº 20/2019 | Aprova a Rede Histórica Conveniada para celebrar Termos de Cooperação com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos - SMASDH, para execução dos serviços tipificados no Sistema Único de Assistência Social - SUAS - 2019/2021. | http://doweb.rio.rj.gov.br/ |
| 12 | CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS/RJ RESOLUÇÃO Nº 37/2019 | Alteram as metas dos anexos da Resolução CMAS nº 20/2018, de 25/02/2019, para o atendimento da Rede Privada do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. | http://doweb.rio.rj.gov.br/ |
| 13 | Plano Municipal de Direitos Humanos | O PMDH foi instituído em 09 de janeiro de 2015, por meio do decreto nº 39713. Elaborado na 1ª Conferência Municipal dos Direitos Humanos, com ampla participação do poder público e da sociedade civil, teve como direcionamento a Constituição Federal de 1988; o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3; o Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH, além dos tratados, pactos e convenções dos quais o Brasil é signatário. | http://www.rio.rj.gov.br/documents/91261/b3f26031-c667-4bb6-a44f-d160e4fffd09 |